

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

Yolanda Hervés Blanco

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA:  
Reflexões sobre a Educação em Direitos Humanos

Porto Alegre  
2016/1

Yolanda Hervés Blanco

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA:

Reflexões sobre a Educação em Direitos Humanos

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

*Orientadora: Profa. Aline Lemos da Cunha Della Libera*

Porto Alegre

2016/1

## *DEDICATÓRIA*

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam por um mundo sem discriminação de gênero, onde as desigualdades sejam “coisa do passado” e a igualdade de oportunidades esteja presente no dia a dia de qualquer mulher.*

*Pelo respeito a TODAS!*

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, neste trabalho, a...

Toda a minha família por ajudar-me e me permitir começar e concluir este curso, em especial à minha avó Anita.

A essa parte da família que eu escolhi, que são as minhas amizades. Obrigada por estar sempre aí. Obrigada, Faninha.

A minha grande amiga, a AVÓ do PRÉDIO.

A todas as pessoas que participaram e fizeram possível esta pesquisa: trabalhadoras do CENTRO e usuárias que me ensinaram a olhá-las com outros olhos.

A Ingrid por me acompanhar.

A minha orientadora Aline Cunha, por me ajudar e estar sempre com um sorriso.

A Maher, pela magnífica tradução e por me ajudar em tudo.

Obrigada 😊

*É mulher*

*De março a março*

*De luta a luta*

*Anjo guerreira*

*Amante de paz.*

*A mensagem nos olhos*

*É de sensatez forjada*

*Em batalhas travadas por sobrevivência cotidiana.*

*É alma concreta*

*Dessa linha tênue*

*Entre amor e razão*

*Entre a paz ou enfrentar a santa inquisição.*

*É mulher*

*A herege da luta*

*Por direitos iguais*

*Por respeito aa si mesmo*

*Por um mundo de paz.*

*(BILLI)*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão aborda temas relativos às vivências de mulheres em situação de rua, a partir do diálogo com trabalhadoras e uma mulher usuária de um Centro de Atendimento, na cidade de Porto Alegre, a fim de problematizar este fenômeno social. Partindo desta ideia, a pergunta central desta pesquisa foi: Como vivem as mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre que frequentam o CENTRO e o que manifestam como necessário para que se efetivem propostas de educação em Direitos Humanos? Para tanto, o objetivo central foi de conhecer e analisar os contextos vivenciados por mulheres em situação de rua, que frequentam o CENTRO, na cidade de Porto Alegre, buscando alternativas para a efetivação de propostas educativas com vistas aos Direitos Humanos. Pretendeu-se discutir uma realidade que se torna invisível para boa parte da população, mas que precisa ser problematizada em diferentes âmbitos da sociedade. Para a realização deste trabalho, foram referências os estudos feministas, a partir das leituras de Saffioti (1987), Lagarde y de Los Ríos (2005), Amoroso (2013) e Almeida (2006). Também foram estudados documentos oficiais, a nível internacional e do Estado Brasileiro, os quais fazem menção aos Direitos Humanos. Para finalizar, por meio da obra de Schuch e Gehlen (2012), e Scherolt (2012) são apresentadas considerações sobre as pessoas em situação de rua. Por meio das entrevistas, foi possível identificar diferenças existentes no que diz respeito ao estar em situação de rua para homens e para mulheres. Conforme depoimentos, o desgaste físico e emocional é mais visível nelas. Há ainda outras diferenças: elas apresentam demandas específicas, por isso, são necessários serviços destinados exclusivamente às mulheres, que incluem o atendimento psicossocial e educacional, o que não tem ocorrido com perenidade.

Palavras-chave: Mulheres em situação de rua. Direitos Humanos. Serviços públicos. Desigualdades. Educação.

## SUMMARY

This thesis deals with issues related to homeless women's experiences on the streets; it's done after conversations with the employees of POP center (Reference center for homeless people) and a woman who attend POP and receive their services in the city of Porto Alegre and it aims to discuss this social phenomenon. Starting from this idea, the main question of this research is: How do homeless women live on the streets in Porto Alegre; Following this question what are the needs of the homeless women who attend POP Center so that they get the proposed education which is compatible with human rights. Therefore, the main objective was to know and analyze the contexts experienced by homeless women who attend POP center in Porto Alegre and to seek alternatives to realize educational proposals that compatible with human rights. Also intending to discuss a reality that most of the population is not aware of, which leads to other problems in different areas of the society. References in feminist studies were used to accomplish this work such as the readings of Saffioti (1987), Lagarde (2005), Loving (2013) and Almeida (2006). Also international and Brazilian official documents which were compatible with Human Rights were studied. And finally, through the work of Schuch and Gehlen (2012), and Scherolt (2012) which were presented considering the homeless people. It was noted that there is a big difference regarding the homeless life situation on the streets between men and women, as the physical and emotional distress is much more visible in women's case. As a result of these differences homeless women have needs that men do not have, thus, specific services is needed for women including psychosocial and educational services, which has not happened yet.

Keywords: Homeless women, Human rights, Public services, Inequalities, Education.

## Sumário

1. Introdução.....	8
2. Referencial Teórico e as Leis.....	11
2.1. Por ser mulher, pelos seus direitos.....	11
2.2 Os Direitos Humanos e as mulheres em situação de rua .....	14
3. METODOLOGIA .....	18
3.1 Pergunta central e objetivos .....	20
3.3 Sobre o CENTRO.....	22
3.4 Ainda sobre a pesquisa .....	23
4. ANÁLISE DOS DADOS .....	24
4.1 Quem são as mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre?.....	24
4.2 Políticas públicas de atendimento das mulheres em situação de rua e as contribuições para a Educação em Direitos Humanos .....	28
4.3 Ser mulher em situação de rua e os Direitos Humanos .....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
REFERÊNCIAS .....	41
APÊNDICE .....	43



## 1. Introdução

Cheguei a Porto Alegre no final de julho de 2015. Uma bolsa de intercâmbio permitiu-me esta oportunidade de continuar meus estudos no Brasil. A visão que tinha sobre Porto Alegre era muito diferente da que encontrei. Essa “Europa brasileira”, forma como definiam esta cidade, não foi o que vi quando cheguei. Com isto, passei por um longo processo de adaptação, o qual não havia passado anteriormente, em outros lugares onde vivi<sup>1</sup>. O motivo principal dessa ruptura entre o que imaginei e o que presenciei se baseia no elevado número de pessoas em situação de rua e os excessivos métodos de “proteção” implantados para criar uma “sensação de segurança”: grades nas casas, seguranças em prédios etc.

Sem dúvida, o que mais me chamou a atenção, foi o elevado número de pessoas sem recursos que sobrevivem nesta cidade. Seres humanos que se tornam invisíveis para grande parte das pessoas e para os representantes do poder político. A isto, soma-se o fato de que viajei pelo Brasil e que, na minha volta a Porto Alegre, por já estar atenta a esta questão, senti que o número de pessoas em situação de rua, nunca deixou de me surpreender. Por tudo isso, pensei que era importante e significativo pesquisar a respeito deste tema.

A minha cidade de origem é Pontevedra. Ela é pequena, tranquila e localiza-se no noroeste da Espanha. Ali curso Educação Social na Universidade de Vigo, a qual é uma instituição pública. Na minha cidade, há alguns anos, era difícil encontrar pessoas morando nas ruas e as poucas que estavam, tinham um perfil muito definido: homens entre os 45 e 60 anos aproximadamente. Na atualidade, esta realidade mudou muito. A crise econômica levou a que um grande número de pessoas perdesse as suas casas e passassem a morar nas ruas, numa situação de grande vulnerabilidade. Com isto, apareceram novas pessoas, com perfis muito diferentes, que começaram a fazer das ruas a sua moradia, entre as quais se encontram mulheres e jovens.

Desde que comecei meus estudos em Educação Social, meu modo de ver o mundo mudou, no que se refere a compreender o papel das mulheres na sociedade. A educação familiar que recebi me levou a pensar que as mulheres estavam no mundo para cumprir com algumas exigências, exclusivamente destinada a elas: serem mães, encontrar um homem para que as cuidasse, cuidar de alguém, dentre outras tarefas.

---

<sup>1</sup> Não havia residido em países da América Latina.

A entrada na universidade, bem como a influência de professoras envolvidas com a luta pela igualdade de gênero, foi o que me levou a refletir sobre este problema social, ocasionado pelas desigualdades entre os sexos, o qual ainda é considerado como natural e biológico.

Desde que compreendi estas desigualdades venho lutando, mesmo que em pequena escala (família, amizades etc.), para o rompimento destes estereótipos de mulher e, por meio deste trabalho de conclusão, penso que é possível contribuir neste sentido no que se refere às que estão em situação de rua. Esta problemática é observada pela ausência de garantia de direitos sociais, na atualidade. O direito à vida, à moradia, à educação, à saúde, estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, não são garantidos, mesmo que constem nos textos legais de alguns países-membros.

Diversos grupos sociais passam por inúmeras violações e um deles é composto por mulheres em situação de rua. Sendo assim, o que pretendo com este trabalho é apresentar a aspectos das realidades vividas e das lutas diárias destas mulheres, especificamente as que frequentam o CENTRO<sup>2</sup> na cidade de Porto Alegre.

Para a realização deste trabalho, são referências: os estudos feministas a partir das leituras de Saffioti (1987), Lagarde y de Los Ríos (2005), Amoroso (2013) e Almeida (2006) que discutem os papéis atribuídos às mulheres na sociedade, considerando as limitações impostas por serem mulheres, o que viola direitos fundamentais destas. Também foram estudados documentos oficiais, a nível internacional e do estado brasileiro, os quais fazem menção aos Direitos Humanos. Para finalizar, por meio da obra de Schuch e Gehlen (2012), e Scherolt (2012) são apresentadas considerações sobre as pessoas em situações de rua.

Este trabalho apresenta-se organizado em capítulos. No primeiro apresento os referenciais teóricos e os marcos legais, fundamentos para realizar a pesquisa. No seguinte capítulo, trato da metodologia. Neste, apresento diversas informações como o tema e a motivação para realizar a pesquisa neste campo, além da justificativa quanto à relevância da temática para a área da Educação Social. Dentro do mesmo, também trato da descrição dos procedimentos de coleta de dados, a pergunta central e os objetivos. Ainda apresento o CENTRO, as pessoas entrevistadas, assim como um relato da experiência na sua totalidade. Posteriormente realizo, no último capítulo, a análise e reflexão sobre as falas dos sujeitos da

---

<sup>2</sup> Detalhamento na metodologia. Utilizamos o termo CENTRO para denominar a instituição onde foi realizada a pesquisa.

pesquisa. Para finalizar, apresento uma síntese do trabalho, organizada nas considerações finais.

## 2. Referencial Teórico e as Leis

Neste trabalho, os fundamentos teóricos são apresentados por meio dos conceitos principais que constituem os interesses de pesquisa: por um lado está o ser mulher e as segregações, por sua condição, ao longo da história; outro tema fundamental são os Direitos Humanos, a Educação em Direitos Humanos e a situação de rua.

### 2.1. Por ser mulher, pelos seus direitos.

Ao longo da história da humanidade as mulheres foram consideradas como seres defeituosos, incompletos e que, incapazes de produzir sêmen, teriam que ser sempre dirigidas por um homem, que era um ser completo e superior. Por estas diferenças físicas e mentais, estaria justificada a subordinação delas aos homens. Os adjetivos dados às mulheres as depreciavam: maldosas, ciumentas, propensas às lágrimas, manipuladoras e mentirosas. Do mesmo modo, pensadores, instituições e religiões, fomentaram o mesmo discurso misógino, oriundo de um sistema patriarcal que foi assimilado pelas pessoas e concebendo as desigualdades entre homens e mulheres como naturais, biológicas, “normais” e indiscutíveis, apresentando-se de diversas formas em diferentes culturas.<sup>3</sup>

Com isto, o sistema patriarcal no qual estamos inseridos, não é algo novo, Saffioti (1987) anuncia que se estipula o domínio do homem sobre a mulher há cerca de, mais ou menos, seis milênios. Para ela

São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa a subjugação das mulheres. Um nível significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida cotidiana, pois é pequena a representatividade feminina no âmbito político. (SAFFIOTI, 1987, p. 47)

As diferenças biológicas entre homens e mulheres, foram e ainda são, justificativas para essas desigualdades entre ambos e para violação dos direitos das mulheres. Amoroso (2013) destaca que é através da antropóloga norte-americana Margaret Mead que começam a surgir as primeiras teorias que desconstruem os papéis e funções desempenhadas por

---

<sup>3</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

homens e mulheres como se fossem algo biológico. Em sua obra, Margaret Mead desvela, através de um estudo sobre o comportamento de três povos de Nova Guiné, que são os mecanismos de socialização das crianças, assim como os papéis desempenhados por homens e mulheres nesses contextos socioculturais, os que marcam as diferenças, o que, até então, era percebido como condutas naturais da condição biológica. Neste momento, esta antropóloga apresenta uma diferença entre o sexo (biológico) e o gênero (construção social a partir dessa biologia). Esta diferença vai ser relevante para a existência de novos estudos, tornando-se argumento dos movimentos feministas, para denunciar a desigualdade e a opressão que sofrem as mulheres.

Saffioti (1987) trata desta construção, considerando que estas diferenças são o resultado de um processo de *humanização da natureza* que se deu ao longo de toda a história, uma domesticação do ser humano transformado pelos processos socioculturais, que é muito difícil de distinguir de sua condição natural. Os seres humanos nascem machos ou fêmeas, se considerarmos apenas a condição biológica. Contudo, é através dos processos educativos e do convívio social que se tornam homens e mulheres, aprendendo sobre o que é considerado, pela comunidade, ser um ou outro. A identidade social é, portanto, construída no convívio comunitário (SAFFIOTI, 1987).

A discriminação é presente em diferentes aspectos da vida humana: na educação, nas relações sociais, nas artes, na cultura, na divisão do trabalho - em todos estes aspectos é visível um trato diferencial que desconsidera as mulheres. Segundo Saffioti (1987), uma das esferas que limitou a conquista de direitos às mulheres, ao longo de toda a história, está no fato de ser excluída do mundo público, do poder, da toma de decisões, os quais são lugares vinculados ao sexo masculino, outorgando-lhes a elas o mundo privado: cuidados familiares, da casa, de apoio ao parceiro, com tardio direito ao voto, a tomar decisões, opinar e decidir com autonomia. Isto é inculcado também nas mulheres que, em algumas ocasiões, elas próprias defendem estes estereótipos fomentando-os nas suas atitudes e ações cotidianas.

Além das discriminações históricas, por serem consideradas como seres inferiores, está o fato de serem negligenciadas em suas reivindicações e estigmatizadas. Lagarde y de los Ríos (2006) conclui que todas as mulheres por um ou outro motivo são consideradas cativas, ao não cumprir os padrões sociais ou cumpri-los rigidamente<sup>4</sup>. As consequências da

---

<sup>4</sup> Um exemplo atual disto é o fenômeno que circou por tudo o mundo causado por um artigo sobre Marcela Temer na revista *Veja*, que foi descrita pela Revista como "Bela, recatada e do lar". Isto é reflexo do que uma

atitude de desobedecer ou obedecer tão rigidamente às exigências sociais, provoca que qualquer mulher seja considerada louca.<sup>5</sup>

Em especial, uma sociedade que é patriarcal e machista reconhece como inadequadas as mulheres que não cumprem com seus deveres, os quais são estabelecidos por estes padrões sociais (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005).

Las mujeres locas son las suicidas, las santas, las histéricas, las solteronas, las brujas y las embrujadas, las monjas, las posesas y las iluminadas, las malasmadres, las madrastras, las filicidas, las putas, las castas, las lesbianas, las menopáusicas, las estériles, las abandonadas, las políticas, las sabias, las artistas, las intelectuales, las mujeres solas, las feministas. (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005, p 687).

Difícilmente uma mulher, independentemente da sua condição de gênero e sexual, não passa, ao longo de seus dias, por algum destes estigmas. É importante ressaltar que, enquanto às mulheres são nomeadas como loucas, para os homens tais condutas são aceitas e até valorizadas.

El poder patriarcal segrega a las mujeres en una red de encierros que se inician en la casa y concluyen em matrimonios y prisiones. La casa es una especie de encierro preventivo que guarda y protege la locura doméstica y tolerable de las mujeres. Pero, si la transgresión de las mujeres rebasa los límites tolerados, cambiantes y rígidos, entonces las mujeres que atentan son sacadas de su cautiverio íntimo y privado, para ser llevadas a las cárceles si su falta es ética, y a los manicomios, si se la considera enfermedad. (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005, p. 772).

É a partir das lutas do movimento feminista que vão sendo questionados os papéis atribuídos às mulheres na sociedade, o que vai repercutir, pouco a pouco, com a sua incorporação no mundo público ao mesmo tempo em que vão conquistando direitos fundamentais. É significativo lembrar, que mesmo com a garantia de alguns direitos e tratamentos mais igualitários, surgem outras desigualdades: menor remuneração no mesmo posto de trabalho, funções desvalorizadas, sobrecarga e dupla jornada de trabalho (emprego e tarefas domésticas), por exemplo.

---

sociedade machista exige as mulheres e que, em muitos casos, elas aceitam e se preocupam em cumprir tais padrões: estar bonitas, ser submissas e atender a todas as exigências do cuidado com o lar.

<sup>5</sup> Marcela Lagarde faz uma categorização de cinco “tipologias” onde se enquadram todas as mulheres: madresposas, monjas, putas, presas e loucas.

## 2.2 Os Direitos Humanos e as mulheres em situação de rua

Como já dito, existe uma violação histórica dos direitos humanos das mulheres, o que ainda é presente. Esta violação tonar-se visível na história, desde a primeira Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1789, onde elas não estavam contempladas.

Este foi o primeiro marco jurídico a considerar a questão da igualdade como universal, um direito de todos, independentemente de seu status social ou econômico.

Embora a igualdade de gênero não tenha sido uma preocupação expressa neste documento e na Revolução Francesa, a Declaração, ao trazer a questão da igualdade à tona, deu um passo importante para que se começasse a rever a posição da mulher na sociedade francesa, ao menos do ponto de vista legal. Na prática, as mulheres continuavam a ser discriminadas e impedidas de participarem dos espaços públicos em “pé de igualdade” com os homens, não sendo nem mesmo consideradas cidadãs, palavra que inexistia no vocabulário da época. (AMOROSO, 2013, p. 87).



Olympe de Gouges<sup>6</sup>, movida por estas questões, em 1791, publicou a mesma Declaração fazendo alusão unicamente às mulheres, chamando-a de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, a qual lhe custou a vida.

Como aponta Amoroso (2013) é no ano de 1979 que a Assembleia Geral das Nações Unidas, ante as necessidades de coibir as desigualdades entre os sexos, adota a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Nesta carta, estão descritos os direitos das mulheres em diferentes áreas: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Assim, entende-se como discriminação contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo, anulando assim o seu reconhecimento, o gozo ou o exercício de direitos humanos ou liberdades fundamentais.

Nesta Convenção, o artigo 5º reconhece a necessidade de modificar os padrões instituídos. Para isso, os estados-membros assumem a responsabilidade de tomar medidas que tenham como finalidade a eliminação de preconceitos, estereótipos entre ambos os sexos, buscando a alteração dos padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres. Na atualidade, a violência de gênero é uma prática muito comum de violação dos direitos

---

<sup>6</sup> Olympe de Gouges (Montauban, França, 7 de maio de 1748 - Paris, 3 de novembro de 1793). É o pseudônimo de Marie Gouze, escritora, dramaturga, panfletista e filósofa política francesa. Feminista e autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791). Foi guilhotinada por causa dos seus pensamentos modernos e revolucionários para a sua época.

humanos das mulheres. Como Almeida (2006) menciona, estas agressividades são toleradas pela sociedade, fazendo crer que se trata de um fenômeno da natureza humana.

No Brasil, através da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, são estabelecidos direitos e deveres para homens e para mulheres. Igualmente ficam expressos direitos fundamentais que ainda não contemplam a toda a população brasileira: “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Posteriormente, o artigo 6º aborda os direitos sociais: direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, assim como a sua assistência. Podemos observar que estes são direitos a que não tem acesso mulheres em situação de rua. É notório o fato de que estas pessoas se tornam “invisíveis” ou como, por vezes, sua presença é naturalizada em âmbito social.

O sistema econômico atual, capitalista, não é inclusivo para todas as pessoas: enquanto umas se beneficiam com base no consumismo que também as consome, outra parte, que não tem estas oportunidades e recursos, sofrem as suas consequências, sendo excluídas e limitadas, ainda mais, de participar nas diferentes esferas públicas. Ao lado desta questão mais ampla, vivenciada por diversos países no mundo, está a diminuição do investimento público para mudança desta situação. Tudo isto provoca uma sociedade dividida em classes cada vez mais desiguais.

A rua como lugar de moradia e condição de vida é uma mostra da extrema pobreza e da exclusão social exercida sobre algumas pessoas. As situações que enfrentam diariamente refletem a violação direta dos Direitos Humanos, pois vivem nas condições mais precárias que se pode imaginar.

É provável que se tivéssemos que definir, com poucas palavras, a condição das pessoas em situação de rua, certamente apareceriam a pobreza, as carências e as instabilidades. O Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, salientando que a:

[...] população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).



Como refletem Schuch e Gehlen (2012) existe uma importante diferença entre este conceito e o exposto pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o qual acentua a disposição deste grupo para a luta por dignidade, solidária e lealmente, através da mobilização popular para conquistar direitos fundamentais. Trata-se de uma visão positiva da própria população de rua, onde se percebe a rua como um lugar de criação, de luta, de inventividade, eliminando assim o olhar restrito que a sociedade tem ao relacionar a população de rua unicamente com carência:

O movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social. (MNPR, 2005)

Scherolt (2012) reflete sobre a condição das pessoas em situação de rua. Estas abrangem uma parte da cidade, criando um cenário, mas não pertencendo a ele como cidadãos, como sujeitos. Estão nas ruas, no espaço público, mas são discriminados nestes lugares, pelos preconceitos sociais.

A este trato desumano, de inferioridade, soma-se a humilhação, pois

Privados do direito a uma vida digna, enquanto cidadãos são também tratados como caso de polícia. Os direitos de ir e vir, de usar o espaço público e transitar por ele são muitas vezes violados [...] sujeitos que devem ser “vigiados” pelo Estado, pois oferecem “perigo” a sociedade. (SCHEROLT, 2012, p. 73)

Outra limitação, a que as pessoas em situação de rua se submetem, é o que Rosa (2005) denomina “arquitetura de exclusão”, são estas: as grades nos prédios, nos estabelecimentos comerciais e demais barreiras físicas em espaços públicos que impedem e limitam o trânsito, a ocupação e a permanência das pessoas em situação de rua nestes lugares.

A situação de invisibilização desta realidade vem tomando um novo rumo com a organização e criação de diferentes movimentos da população de rua. Isto, aponta Scherolt (2012), empodera e permite a voz a estas pessoas. Estas organizações, no Brasil, promovem encontros municipais, regionais e nacionais, o que proporciona a população de rua reconhecer-se como cidadã, mesmo em seu modo de vida, lutando pela criação de programas específicos para que sejam atendidas, a fim de conquistar direitos fundamentais, coletivamente.

Outro exemplo de ação que traz mais visibilidade a estas pessoas, ao redor do mundo, é o narrado por Gomes (2013), o qual apresenta o que a *OnG Les Enfants de Dom Quichotte*. Em 2006, numa manhã de inverno, foram alinhadas, ao longo das margens do Canal Saint- Martin, um número expressivo de pequenas barracas vermelhas, nas quais pessoas em situação de rua da cidade de Paris começaram a viver, com algumas provisões e serviços (médicos, sanitários etc.). Esta organização fez com que as pessoas da cidade olhassem para uma realidade que, até o momento, estava nas sombras como se essas pessoas não existissem. Foi tão grande a repercussão que o fato foi publicado nos jornais, em debates, as pessoas iam visitar, artistas e outras pessoas públicas achegaram-se a elas, inclusive representantes dos grandes partidos políticos da França. Com esta atuação, o problema tornou-se visível e apareceu uma nova imagem das pessoas em situação de rua naquele lugar. Cabe dizer, que as pessoas voltaram às ruas, à sua situação inicial, como consequência da contínua violação de direitos a que foram submetidas. Contudo, foram ampliadas as políticas de assistência para esta população.

Estas ações justificam e afirmam a necessidade de se ampliar a visibilização destas realidades, como proponho neste trabalho de conclusão.

### 3. METODOLOGIA

As pessoas em situação de rua, desde sempre me chamaram a atenção. Passam por múltiplas violações de direitos, que as excluem de conquistas fundamentais para sua subsistência. Por este motivo, considero necessário reconhecer o seu protagonismo e reconhecer igualmente suas estratégias de sobrevivência cotidiana, contribuindo para a defesa dos princípios de uma educação em direitos humanos.

É elevado o número de pessoas em situação de rua no Brasil.<sup>7</sup> A crise econômica e social provoca que o perfil seja cada vez mais diverso. Pode-se dizer, inclusive, que nenhuma pessoa está livre de ser a próxima moradora de rua ou de perder a sua moradia atual. É um problema em constante crescimento que ainda não conta com as devidas ações, por parte dos governos, para que seja solucionado.

Na cidade onde nasci, Pontevedra (Espanha), há mais homens que mulheres em situação de rua, mesmo que o perfil esteja mudando por causa da crise econômica. As formas de viver nas ruas são muito diferentes na Espanha e no Brasil, também por isto, meu interesse pelo tema<sup>8</sup>.

Esta pesquisa torna-se relevante, pois durante a minha graduação em Educação Social, na Espanha, pouco foi trabalhado sobre as pessoas em situação de rua e suas vivências. Portanto, justifico também a motivação para realizar este trabalho, pela necessidade de ampliar meus conhecimentos nesta área.

Esta realidade, das mulheres em situação de rua no Brasil, é pouco conhecida inclusive pelos brasileiros, mesmo que sejam presentes em âmbito social. Apesar de estarem nas ruas, estas pessoas são invisíveis para grande parte da população. Por isso, um estudo amplo e descritivo é importante para aproximarmos-nos destas realidades, reconhecendo a violação dos Direitos Humanos pela qual passam as mulheres em situação de rua, tomando consciência deste fato, a fim de lutarmos por justiça social.

Nesta pesquisa, de cunho qualitativo, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas, com a organização de questões prévias para o diálogo.

---

<sup>7</sup> Número aproximado de pessoas em situação de rua no Brasil - 2012: 1.920.000

<sup>8</sup> Fisicamente, as pessoas em situação de rua no Brasil que observei, estavam em condições de vida e saúde bem mais precárias.

Toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um para outro.... ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que varias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. (GASKELL, 2002, p. 73)

A entrevista individual examina em profundidade e outorga um entendimento dos mundos da vida das pessoas. Neste caso, trataram-se assuntos de cunho pessoal, sendo necessário estabelecer uma relação de confiança entre entrevistadora e entrevistadas. Esse acolhimento próximo, de respeito e confiança é uma das características da entrevista individual que facilita a abertura e a expressão das pessoas no momento de responder sobre questões que sensibilizam.

De acordo com Gaskell (2002), o mundo social é constituído por pessoas com suas experiências e com seu mundo vivencial. Com isto, a entrevista individual permite fazer um mapeamento e ter uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações que sustentam comportamentos das pessoas nos seus contextos.

Nesta ocasião, as pessoas com as quais dialoguei por meio das entrevistas foram, de um lado, três profissionais que trabalham com mulheres em situação de rua no CENTRO, as quais mantêm um contato contínuo e diário com elas. Em várias ocasiões, as mulheres têm a estes profissionais como confidentes, auxiliando-as sempre que tem dúvidas ou algo para resolver. Além deste olhar das profissionais, foi realizada uma entrevista com uma mulher em situação de rua, que utiliza os serviços do CENTRO e com uma egressa do Curso de Pedagogia da UFRGS, a qual, durante vários anos, foi servidora municipal no local. Este fato permitiu explorar um espectro de opiniões, ter diferentes representações sobre uma mesma questão, dando a compreender diferentes posições do meio social, enriquecendo e qualificando os dados da pesquisa.

As perguntas feitas foram muito similares, tanto para as profissionais que trabalham ou trabalharam com as mulheres em situação de rua, assim como para a própria usuária do serviço. Foi interessante refletir sobre esta questão sob perspectivas diferentes. As entrevistas foram agendadas previamente, gravadas e realizadas de modo individual, no próprio CENTRO, o qual é um lugar familiar e confortável para todas as entrevistadas.

### 3.1 Pergunta central e objetivos

A intenção desde trabalho foi, a partir do diálogo com trabalhadoras e uma mulher que frequenta o CENTRO, conhecer as realidades vividas por mulheres em situação e rua na cidade de Porto Alegre. Partindo desta ideia, a pergunta central desta pesquisa foi: **Como vivem as mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre que frequentam o CENTRO e o que manifestam como necessário para que se efetivem propostas de educação em Direitos Humanos?**

A partir desta pergunta surgiram os seguintes objetivos:

#### Objetivo geral:

- Conhecer os contextos vivenciados por mulheres em situação de rua que frequentam o CENTRO na cidade de Porto Alegre, buscando alternativas para a efetivação de propostas educativas com vistas aos Direitos Humanos.

#### Objetivos específicos:

- Conhecer e refletir sobre as vivências pessoais de mulheres em situação de rua, enfocando questões de gênero e de Direitos Humanos;
- Refletir sobre o trabalho que é realizado no CENTRO, em Porto Alegre, com as mulheres em situação de rua e suas contribuições para a Educação em Direitos Humanos;
- Contribuir para uma sensibilização sobre as realidades de mulheres em situação de rua, a fim de promover a Educação em Direitos Humanos.

Para o diálogo com as mulheres (trabalhadoras e a usuária) foi organizado o seguinte roteiro:

Perguntas para profissionais que trabalham com mulheres moradoras de rua:	Perguntas para uma mulher em situação de rua, que frequenta o CENTRO:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual é o perfil das mulheres em situação de rua em Porto Alegre? Idade; motivos pelos quais estão na rua; há quanto tempo estão na rua; quanto tempo permanecem nas ruas; mantém contato com a família; frequentam programas ou projetos; tem filhos e/ou filhas; quais são as possíveis saídas; escolaridade; situação laboral; recebem algum tipo de ajuda econômica; tem documentos; onde se alimentam; tem dependências químicas; quais são as orientações sexuais das mulheres.</li> </ul>	<p>Apresentação pessoal</p> <p>Nome</p> <p>Idade</p> <p>Onde nasceu?</p> <p>Há quanto tempo está em situação de rua?</p> <p>Há quanto tempo frequenta o CENTRO?</p> <p>Com quem vive?</p> <p>Tem filhos e/ou filhas?</p> <p>Como é a sua saúde?</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantas mulheres estão vivendo nas ruas em POA? Quantas destas mulheres frequentam o CENTRO?</li> </ul>	<p>Escolaridade Tem algum emprego? Como consegue cobrir os gastos que tem? Onde se alimenta?</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais os programas/projetos específicos para o atendimento das mulheres em situação de rua?</li> <li>• Quais os programas/projetos que ainda não acontecem, mas que achas que seriam necessários para atendimento das mulheres em situação de rua?</li> <li>• Como é o índice de pessoas em situação de rua que utilizam os serviços?</li> <li>• O que é feito para contabilizar as pessoas em situação de rua?</li> <li>• Em que sentido se poderia melhorar a sua formação para trabalhar com as mulheres em situação de rua?</li> <li>• Como é a comunicação-relação do CENTRO com os outros serviços?</li> </ul>	<p>Quais os programas/projetos/oficinas dos quais participas no CENTRO? Quais os programas/projetos que ainda não acontecem, mas que achas que seriam necessários para o teu atendimento?</p>
<p>Há alguma diferença, na tua opinião, em como a sociedade olha as mulheres moradoras de rua e aos homens? Quais?</p>	<p>Para ti, quais as diferenças entre ser mulher e ser homem em situação de rua?</p>
<p>Quais os principais conflitos vivenciados por mulheres em situação de rua, na tua opinião?</p>	<p>Quais são os principais problemas que enfrentam as mulheres em comparação com os homens em situação de rua? Que limitações tem no momento de circular em determinados lugares da cidade?</p>
<p>Como se organizam as mulheres em situação de rua?</p>	<p>Onde costumam ficar durante o dia e durante a noite? Qual é o pior momento para ficar na rua? E qual é a pior época?</p>
<p>Quais as principais demandas das mulheres em situação de rua, que chegam ao Centro?</p>	<p>Quem te ajuda a resolver os problemas que surgem no dia-a-dia?</p>
<p>Em que aspectos as ruas tem uma repercussão mais negativa nas mulheres que nos homens? Se estão mais vulneráveis que os homens, como se protegem as mulheres na rua?</p>	<p>Quais são algumas das estratégias que você utiliza para permanecer na rua, para se cuidar etc.?</p>
<p>Em que medida as mulheres em situação de rua são conscientes de que tem direitos sociais? Quais são os principais direitos que achas que estão sendo violados para as mulheres em situação de rua? Como se vem as mulheres em situação de rua? Que é necessário para que estas mulheres saiam da rua?</p>	<p>Sobre os direitos que você tem como pessoa, quais acha que não se cumprem? Como gostarias que fosse a sua vida? Como poderia mudar a tua vida para que você ficasse melhor?</p>

Todos os nomes utilizados para identificação das entrevistadas são fictícios.

### 3.3 Sobre o CENTRO

Esta pesquisa foi realizada com pessoas que estão vinculadas a um Centro de Atendimento para pessoas em situação de rua localizado na cidade de Porto Alegre, por frequentá-lo como usuárias ou por trabalharem ou terem trabalhado no atendimento das pessoas que são recebidas nesta instituição. Este CENTRO fica localizado na cidade de Porto Alegre, próximo ao Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu horário de funcionamento é diurno de segunda a sexta-feira das 8:30H às 18:00H.

Caracteriza-se por ser um serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, especializado no atendimento de pessoas maiores de idade ou de famílias em situação de rua do município de Porto Alegre. Trata-se de um espaço de convivência onde podem realizar a sua higiene pessoal, lavagem de roupas e alimentação (lanches e almoço). Também há o atendimento pessoal por profissionais que orientam, acompanham, dão informações, ajudam a confeccionar os documentos pessoais, encaminham para outros serviços, organizam grupos de conversa (trabalham a prevenção de doenças, cuidados, temas de saúde etc.) e atividades lúdicas. Desta forma, abrem as portas à comunidade para que esta realize oficinas culturais com as pessoas que o frequentam, tornando-se um espaço de reflexão e intercâmbio cultural. O próprio CENTRO também oferece a possibilidade de realizar chamadas telefônicas aos familiares, dentro do Brasil, assim como outros auxílios.

Todo o trabalho realizado pelos profissionais tem uma finalidade educativa. É importante mencionar as reuniões de equipe que são feitas todas as terças-feiras. Através delas, se discutem situações do cotidiano com os usuários, assim como a programação de atividades.

Conheci o CENTRO por meio de uma vivência proporcionada por uma oficina de contação de histórias para as mulheres, organizada como atividade de extensão pela UFRGS<sup>9</sup>. Nesta visita, interessei-me por frequentá-lo e dialogar com a equipe de trabalho e as mulheres. Este primeiro contato me impressionou bastante, já que consegui apreciar, com certa proximidade, algumas das realidades vividas por mulheres em situação de rua, as quais não percebia anteriormente. Esta aproximação como observadora, facilitou os demais encontros. Nas primeiras observações, percebi que existia uma relação de proximidade e respeito entre as pessoas que ali estavam e os/as profissionais e vice-versa. Os espaços

---

<sup>9</sup> Coordenada pela professora Aline Cunha (FACED).

como o refeitório, a sala de televisão, induzem o convívio entre as pessoas que podiam conversar sobre suas vidas, participar de atividades e confraternizar.

Infelizmente há pessoas que ficam do lado de fora do CENTRO, já que as vagas para o atendimento não são suficientes. Estas permanecem ali, falando com as que estão dentro. Tentam argumentar com os trabalhadores e ficam esperando sua entrada...

### 3.4 Ainda sobre a pesquisa

Sem dúvida esta foi uma das atividades acadêmicas que mais repercussão teve em mim, considerando este ano que estudei na UFRGS. Muitos dos trabalhos que fazemos na universidade tratam de pesquisas teóricas e menos àquelas onde se vai a campo. Esta ida a campo possibilita outro olhar para os temas abordados por meio da literatura. Como já referido, as vivências das pessoas em situação de rua no Brasil impactaram-me, quando da minha chegada à cidade de Porto Alegre. Neste momento, só percebia suas necessidades: pessoas sem lar, com limitação para alimentar-se, com pouca higiene pessoal...

Aproximar-me do CENTRO, acompanhar a circulação das mulheres, ver o lugar onde se alimentam, dialogar com as trabalhadoras e com uma usuária, possibilitou outro olhar. Antes, estava focada em suas carências. Contudo, sem desconsiderá-las, passei a perceber toda a fortaleza que havia debaixo da ponta deste *iceberg*.

Pessoalmente, foi enriquecedor discutir esta temática. Temos muito que aprender com estas mulheres. No caso de Leni<sup>10</sup>, era incrível a esperança e a felicidade que tinha, apesar da situação que se encontrava. Estas mulheres, sendo vistas apenas pelas faltas, deixam de ser reconhecidas pelas outras qualidades que tem: a capacidade de superação e motivação para mudar a sua vida.

---

<sup>10</sup> Usuária que foi entrevistada.



## 4. ANÁLISE DOS DADOS

Na sequência deste trabalho, apresento os resultados desta pesquisa. Estes são divididos em três questões temáticas: quem são as mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre? Quais os serviços públicos disponibilizados para o atendimento destas mulheres? E, para finalizar, o que é ser mulher em situação de rua?

### 4.1 Quem são as mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre?

O perfil das mulheres em situação de rua na cidade de Porto Alegre é bem amplo. Torna-se difícil definir estas pessoas, de um modo geral. Contudo, o que podemos afirmar é que, na atualidade, o número de mulheres jovens na rua é cada vez maior. Isto é visível nas mulheres que frequentam o CENTRO. Este serviço atende um número maior de mulheres jovens com idades compreendidas entre 18 e 35 anos e, em menor número, mulheres idosas.

As causas que as levam a viver nas ruas são muito diferentes e geralmente existe uma combinação de diversos fatores. *“Eu aprendi que a situação de rua nunca é unicausal, não há uma causa” (Luz, maio de 2016)* – declara uma das servidoras entrevistadas. Algumas das causas apontadas são: conflitos e desvinculação familiar, uso indevido de drogas, uma trajetória de rua desde a infância, o fato de serem órfãs, desestruturação por falta de um emprego, por causas de uma morte familiar, gravidez precoce, doenças... algumas delas, inclusive, são levadas para a vivência de rua pelos companheiros.

Com história de vida que atende a este perfil, apresento a história de Leni, uma mulher de 34 anos que frequenta o CENTRO. Com treze anos se casou e com quinze engravidou. Quando tudo isto aconteceu, ela era órfã de mãe e pai. Ela tem problemas de saúde vinculados ao HIV. Já consumiu drogas ilícitas, mas agora diz não fazer uso. A história de Leni trata de uma soma de fatores, que a levaram a viver nas ruas. Desde criança, ela teve que enfrentar responsabilidades que não eram compatíveis com sua idade. Questões sociais e as circunstâncias pessoais provocaram que sua vida fosse limitada em oportunidades: continuar estudando e desfrutar da infância, por exemplo.

Muitas destas jovens, que a cada dia se situam em grupos de mulheres em situação de rua, vêm de situações de acolhimento institucional. Oriundas de famílias (em grande

medida composta somente pelas mães) em situação de rua e pelas situações extremas vividas, foram acolhidas por políticas de proteção da criança e do adolescente e levadas para abrigos. Ao saírem destas instituições, retornaram às ruas. Com isto, encontramos mulheres jovens procedentes de abrigos que, ao chegar na maior idade, passam a morar nas ruas. Isto nos leva a pensar sobre a necessidade de um trabalho prévio que trate a questão da independência e autonomia destas mulheres que completam 18 anos, para sua saída dos abrigos. O Estado Brasileiro, com isto, “atende” aos direitos das crianças e adolescentes dando-lhes um lugar para dormir, uma alimentação, uma escola etc. mas... o que acontece quando essas crianças chegam à maior idade? Podemos concluir que, de um dia para o outro, passam a ter 18 anos e a sofrer um novo “abandono”.

As mulheres jovens, que atualmente estão em situação de rua, levam uma vida com muitas vulnerabilidades. Além da sobrevivência nas ruas, que outras vivências e oportunidades estas mulheres terão?

Assim como existem diferenças, a vivência na rua faz com que elas tenham algumas características semelhantes. Uma delas, segundo as entrevistadas - servidoras e ex-servidoras do CENTRO - é o fato de que boa parte das mulheres são usuárias de drogas: as mais idosas recorrem menos às substâncias ilícitas, sendo usuárias de álcool. Neste caso, o consumo está relacionado à necessidade de suportar a rua, mas também por socialização e divertimento. O uso de álcool e de outros tipos de droga (lícitas e ilícitas) é muito comum nas mais jovens. As mais velhas, como já dito, recorrem ao álcool e dificilmente reconhecem que consomem. Isto pode estar relacionado à questão cultural e moral, pois supõem que sejam mal vistas por consumir álcool. Aparentam ter certa preocupação com uma postura esperada e regulam-se mais. Sem dúvida, os homens não têm esta preocupação. Aqui percebemos que existe uma atitude diferenciada por uma questão de gênero: a sociedade patriarcal, desde sempre, exige das mulheres comportamentos diferentes em relação aos dos homens, aceitando-os em algumas atitudes masculinas e julgando as mulheres se o fazem. Tais princípios tornam-se perturbadores para as mulheres, pois estes preconceitos geram um sentimento de culpa, por todos os estigmas que lhes são atribuídos no momento em que não cumprem com os padrões esperados.

Outra semelhança está relacionada com o estado de saúde: quase todas padecem de alguma doença, além da dependência química. Algumas ingressam em estados depressivos e outras doenças não identificadas (nem tratadas ao longo da vida), doenças sexualmente

transmissíveis que, em muitos dos casos, elas não chegam a ter conhecimento de padecê-las.

Segundo as entrevistadas, a maioria tem pouca escolaridade, com ensino fundamental incompleto. É curioso como, muitas vezes, no momento de voltar a estudar, os homens tendem a continuar a formação, em maior número, num comparativo com as mulheres. Este aspecto faz refletir sobre uma questão de oportunidades diferenciadas em relação ao gênero: o que impede as mulheres de retornar aos estudos? Por que existe esta desigualdade vinculada ao gênero? Que repercussões isto tem na vida das mulheres? São muitas as perguntas que nos levam a questionar esta realidade.

Muitas das histórias relatadas por servidoras e uma ex-servidora do CENTRO, visibilizam a desigualdade de Direitos que padecem as mulheres. Também encontramos motivos que se assemelham a outros jovens e adultos que frequentam a modalidade EJA<sup>11</sup>: ter que trabalhar para ter uma renda, o que contribui para a saída da situação de rua, mas impede a elevação de escolaridade.

Leni é consciente do que poderia mudar em sua vida se ela tivesse mais estudos. Daí decorre que um dos seus propósitos de vida seja terminá-los, em breve. Ela convive com seu parceiro, que lhe ajuda economicamente. O fato de uma mulher não poder continuar os seus estudos, a fim de possibilitar melhorias na sua qualidade de vida é uma violação de direitos, considerando que o Estado ainda não garante o direito de escolarizar-se às mulheres numa situação de grande vulnerabilidade. Nota-se, também, a necessidade de que os horários de estudos sejam flexíveis, permitindo congregação do mundo laboral com o estudantil.

A falta de formação escolar e os poucos conhecimentos específicos, levam este grupo a realizar trabalhos pouco remunerados e qualificados, segundo os dados recolhidos nas entrevistas: a grande maioria atua na área de serviços gerais, fazendo “bicos”<sup>12</sup>, faxinas, como auxiliares de cozinha, algumas trabalham como catadoras, muitas delas acompanhadas do seu parceiro. Trata-se de empregos informais, não estáveis. Isto se agrava, considerando a dependência química ou outras doenças que as desorganizam, dificultando o ingresso em postos de trabalho e a sua permanência.

---

<sup>11</sup> Educação de Jovens e Adultos: modalidade de Educação Básica destinada aos que não tiveram o direito de escolarizar-se garantido quando crianças e adolescentes.

<sup>12</sup> Funções temporárias de trabalho.

Podemos apreciar que se trata de um círculo vicioso onde uma situação leva à outra. As causas iniciais (rupturas familiares, doenças...) fazem com que estas mulheres não tenham acesso às escolas e à instrução formal. Isto acarreta que passem mais tempo nas ruas, estando mais vulneráveis ao consumo de substâncias químicas e propensas a adquirir enfermidades. Todos estes fatores repercutem negativamente no momento de candidatar-se a uma vaga de emprego. Estas mulheres, em muitas ocasiões, são rejeitadas pela pessoa encarregada, mesmo nas funções que exigem pouca escolaridade, agravando-se caso seja conhecida sua trajetória.

Qual é a possibilidade de saída das ruas para estas mulheres? Do mesmo modo que os motivos de ingresso à rua são diversos, existem, também, diversas situações que se colocam no momento de sair, o que depende da história e trajetória de cada pessoa. Muitas vezes, pode parecer que a melhor solução é voltar para família, mas em alguns casos esta é a pior decisão, já que a família ou o convívio familiar foram a principal causa para que se tornassem pessoas em situação de rua. Algumas conseguem estabelecer um contato com a família, mas é difícil. Em muitos dos casos, pode ocorrer de algum familiar ter-se responsabilizado pelos filhos desta mulher e, por isto mesmo, não querer que ela retorne a casa, temendo que este fato piore a situação familiar pela sua presença, a qual tende a vir acompanhada do seu parceiro.

*“A minha família tem muuuito preconceito, eu me criei longe deles, eu não gosto de preconceito... e ninguém está livre, a vida não é feita de altos e baixos?” (Leni, usuária do CENTRO, depoimento em maio de 2016).*

Essa lacuna familiar e a falta de raízes na comunidade torna mais difícil sair das ruas. Muitas vezes, depois da saída, voltam aos espaços públicos, pois os vínculos se estabelecem na rua, tendo o apoio das pessoas com quem lá convive.

Por vezes, há contato com os familiares através da via telefônica. Isto as faz sentir melhor, já que é um modo de ocultar à família o estado pessoal em se encontram.<sup>13</sup> Nestes casos, existe uma relação e se estabelecem alguns vínculos que poderiam ser positivos para as mulheres, mas a consciência sobre os preconceitos, o medo da rejeição fazem que este

---

<sup>13</sup> “Olhos que não veem coração que não sente”.

contato seja limitado e não tão positivo como poderia ser. O medo de decepcionar a família pela sua situação de vulnerabilidade, provoca uma distância, perdendo-se, aos poucos, os vínculos afetivos com os parentes.

As respostas das entrevistas apontam que a grande maioria delas tem mais de um/a filho/a, mas não convivem com estes justamente por estarem em situação de rua. Tal fato leva a que seus filhos e filhas estejam em abrigos ou com familiares. Em alguns casos, é difícil que voltem a conviver com os filhos/as. Deste fato decorre uma tentativa, uma necessidade constante de ter outros filhos/as, na esperança de que esse novo/a filho/a substitua o que foi retirado/a. A maternidade é algo constante, sendo um dos propósitos de vida para elas. Junto com isto soma-se uma cobrança dos companheiros de que lhes “dê um filho”. Estas mulheres também vivenciam, portanto, várias situações traumáticas quanto à maternidade.

*“Eu adoro criança... eu tive uma criança que agora tem 18 anos, quando ele tinha 6 aninhos eu perdi gêmeos de quatro meses e eu traumatizei” (Leni, usuária do CENTRO, depoimento em maio de 2016).*

Nesta situação, mesmo com a narrativa de uma experiência que a traumatizou, percebe-se, no caso de Leni, que um sentimento de esperança ilumina-se em seus olhos, que brilham ao falar do tema, pois está novamente grávida. Tem a certeza de que quando a criança nascer, sua situação pessoal estará muito melhor, que terá uma casa e não lhe faltará nada. Tem ciência de que tem que ser assim, caso contrário este não ficará com ela e ela destaca que *“não faz filhos para dar aos outros”* (Leni, usuária do CENTRO, depoimento em maio de 2016).

## **4.2 Políticas públicas de atendimento das mulheres em situação de rua e as contribuições para a Educação em Direitos Humanos**

Com relação às políticas públicas, em Porto Alegre, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é a que presta um atendimento especializado às pessoas em situação de rua. Pela questão econômica e social vivenciada no Brasil, ao longo dos anos, a baixa renda leva a que atualmente exista um aumento de pessoas que moram na rua e ainda há outras que estão muito próximas de ficar em situação de rua.

Esta realidade torna-se contraditória, no momento em que há redução dos serviços e recursos públicos para o atendimento desta população<sup>14</sup>. O que acontece com essas pessoas usuárias que não tem acesso a esse CENTRO? Há outros Centros para atendimento? É possível aceitar que ainda existem pessoas que passam dias sem comer e em condições mínimas de sobrevivência?

Os serviços e profissionais que fazem o atendimento desta população não são suficientes, pois estes locais estão sempre lotados e conseqüentemente sem vagas para todas as pessoas que os procuram. Tudo isto limita o atendimento que lhes é de direito. Este é o caso do CENTRO, o qual dispõe de trinta vagas de atendimento pela manhã e trinta vagas à tarde, as quais nunca são suficientes. As pessoas que não conseguem entrar pedem para tomar banho ou comer um lanche, argumentando que há espaço para mais de trinta pessoas, permanecendo na porta da instituição. Como explicam as trabalhadoras entrevistadas, este serviço oferece mais que um banho, oferece um atendimento especializado para cada pessoa. Sendo assim, o acesso de mais de trinta pessoas num dos turnos, faz com que estas não tenham o atendimento adequado e individualizado que necessitam. Isto ocorre pelo número reduzido de pessoas trabalhando no serviço, insuficientes para tal demanda.

Outra situação preocupante, manifesta pelas trabalhadoras, é que existem muitas famílias que estão muito próximas de estar na situação de rua. Isto alerta da necessidade de novas medidas, mais recursos de proteção básica para evitar que isto ocorra, garantindo direitos fundamentais a estas famílias. No caso de não serem tomadas medidas preventivas em tempo, existirá uma futura necessidade de criar novos serviços de média e alta complexidade.

As ruas tem um número maior de homens que de mulheres. Isto é visível no número de pessoas em relação ao sexo que o CENTRO atendeu em 2015: 20% foram mulheres e 80%, homens. Um dos motivos disto, segundo uma ex-monitora do CENTRO, é que a mulher tem mais facilidade de ficar na sua comunidade de origem que os homens, pois estas se envolvem menos em crimes do que aqueles<sup>15</sup>. Geralmente, elas contam com apoio maior no seu território, uma amiga, um familiar, um namorado, que a deixam dormir na sua casa, por

---

<sup>14</sup> Na época da escrita deste TCC, o CENTRO estava fechado para reformas.

<sup>15</sup> Os dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul indicam que há uma população carcerária, neste estado, com mais de 30mil pessoas. Destas, menos de 2mil são mulheres.

vezes em troca de um trabalho: limpar uma casa, cuidado de alguém e até por meio da prostituição. Daí que, quando as circunstâncias e a condição social as obrigam a ir para a rua, elas encontram-se numa situação muito mais crítica: já estão deprimidas, com sofrimento maior, vítimas de uma violência mais extrema. Elas chegam aos serviços, por vezes, em piores condições que os homens, os quais convivem na rua com maior facilidade.

Com isto cabe perguntar: existem serviços específicos para as mulheres? A resposta é sim, mas não são todas as mulheres que podem ter acesso a eles. Estes serviços específicos para o sexo feminino têm como destinatárias as mulheres em situação de violência familiar. Também há um abrigo que atende as mulheres com crianças pequenas. Isto quer dizer que não basta ser mulher em situação de rua para ter acesso a estes serviços específicos.

No CENTRO existe a intenção de se consolidar a criação de um grupo de mulheres, mas, dependendo das circunstâncias, esse grupo está em funcionamento ou não. Estas reuniões têm uma repercussão muito positiva para as usuárias e isso é percebido a cada vez que estes grupos acontecem. Segundo as trabalhadoras do CENTRO, tornam-se um momento delas, para debater e compartilhar informações sobre qualquer temática que a instituição ou elas mesmas proponham. Existe uma grande dificuldade na hora da criação destes grupos, bem como de sua continuidade. Ocorre de serem marcados, mas não haver mulheres para frequentá-los, bem como dias em que as necessidades mais imediatas impedem a realização desses grupos. Conforme as trabalhadoras, isto chega a ser frustrante, pois percebem que a existência desses grupos teria uma repercussão positiva na vida das usuárias. Com estas complicações, estes projetos passam, muitas vezes, a serem encontros pontuais.

O alto consumo de drogas, em grande parte das mulheres, faz com que exista um espaço de atendimento diário que proporciona serviços com psicólogo/a, psiquiatra, enfermeiro/a, dentre outros. Este é um dos espaços para que as pessoas que consomem drogas indevidamente se tratem. Um dos fatores que limitam este serviço é que a sua localização não está ao alcance de todas as pessoas, como são as que frequentam o CENTRO, que não consegue distribuir o vale transporte de ônibus para todas as demandas que tem.

*“A pessoa pode querer, pode estar a fim de fazer, mas o custo de chegar lá não tem como manter, pagar a passagem todos os dias.... então acabam desistindo... se nós tivéssemos um [centro de atendimento] próximo, para ir a pé, eu acho que a vinculação seria mais fácil.....”*  
(Gabi, trabalhadora do CENTRO, depoimento em maio de 2016)

Como Gabi nos anuncia, o direito à saúde está limitado nestas mulheres. Elas têm doenças pelo consumo e abuso de drogas e não tem serviços, ao alcance, que contribuam na sua recuperação. Neste caso, as mulheres desejam realizar o tratamento, mas não tem acesso aos centros.

Outra das demandas presentes para os serviços está relacionada com os horários e dias de atendimento. Leni (usuária do CENTRO) expressa a necessidade de serviços abertos nos dias feriado, onde tudo está fechado, o que dificulta ter uma alimentação e fazer sua higiene pessoal etc. Não estamos aqui tratando de necessidades secundárias, que podem esperar outro dia, tratamos de direitos fundamentais para sobreviver. Como é possível que os serviços básicos que atendem a estas pessoas não ocorram durante os 365 dias do ano? Este fato atenta para com a saúde destas pessoas que se encontram em extrema vulnerabilidade. Quais são as soluções para esses dias? Muitas das mulheres recorrem às paróquias, algumas igrejas que distribuem alimentos nestes dias. Leni afirma que *“ainda existem pessoas boas que não querem saber se estás chapada ou drogada. Só querem saber que está com fome, que está pedindo comida”* (Depoimento em maio de 2016)

Em relação à capacitação dos profissionais que trabalham com estas mulheres, é preciso destacar a importância de uma formação contínua.

*“Já fiz capacitações voltadas para a questão da mulher, mas a gente precisa estar sempre renovando... é muito detalhe que tu tens que saber para trabalhar essas questões [específicas das mulheres]... a gente precisa de capacitações o tempo inteiro, a demanda de uma pessoa é enorme, é complexo o atendimento”* (Gabi, trabalhadora no CENTRO, depoimento em maio de 2016)

Na atualidade, existem problemáticas bem diferentes em comparação há vinte anos. As demandas são cada vez maiores. O consumo de determinadas drogas, como o *crack*, faz com que as mulheres estejam ainda mais vulneráveis. Outro aspecto interessante para questionar é o modo com que estes serviços estão funcionando: o que eles estão produzindo na vida de cada pessoa?

Ainda há um modo de atuar baseado no assistencialismo, por exemplo, que mesmo pretendendo atuar como projeto emancipador, tem seus limites. Ter a comida pronta e recebê-la resolve de imediato o não passar fome, o que é fundamental, mas não seriam



educativas outras possibilidades e a existência de outras estruturas que possibilitassem maior independência e auto-gestão?<sup>16</sup> Com certeza, isto não é tarefa fácil, mas para além dos serviços que já existem, outros nos que se trabalhe mais em prol da independência e da autonomia seriam fundamentais, a fim de que estas pessoas não passem toda a sua vida, institucionalizadas. Cabe mencionar que o trabalho que desenvolve o CENTRO, sempre tem um modo de atuar e atender ao seu pessoal baseado em projetos educativos, fomentando a autonomia e a independência de cada usuário.

Além dos serviços assistenciais, as mulheres em situação de rua têm o direito à educação, aos esportes e à cultura. Como salientou um dos trabalhadores do CENTRO, em muitas situações, os próprios setores públicos não permitem a entrada destas pessoas, sugerindo que espaços de promoção da cultura, por exemplo, não são serviços para elas. Para isto, consideram que já existem espaços como o CENTRO. Esta atitude é inaceitável e violação de direitos, pois como cidadãs, a estas mulheres precisam ter garantidos tais acessos.

Estas discriminações por ter uma condição precária, estão no nosso dia a dia, se atentarmos, podemos presenciá-las nos lugares por onde nos movimentamos. Neste sentido, podemos constatar que as mulheres em situação de rua, precisam de serviços contínuos e específicos. A falta de estrutura e a carência no número de profissionais limita o acesso a estes serviços e um atendimento mais completo (ouvi-las, encaminhar suas demandas). Tudo isto faz que fiquem cada vez mais vulneráveis e expostas a padecer mais doenças e violência. Com isso existe a necessidade de procurar novas alternativas, principalmente partindo das demandas apresentadas e do protagonismo destas mulheres.

### **4.3 Ser mulher em situação de rua e os Direitos Humanos**

Como já destacamos grande parte das pessoas em situação de rua são homens. Eles tendem a ir mais facilmente para a rua: uma discussão, a falta de uma rede de apoio na comunidade, o uso indevido de drogas, o envolvimento em crimes – são algumas das causas. As mulheres levam mais tempo até estarem definitivamente em situação de rua. Mesmo assim, no momento em que lá estão, ficam mais vulneráveis e com necessidades

---

<sup>16</sup> Cozinhas e hortas comunitárias, por exemplo.

diferenciadas.

Quando perguntei sobre a existência de um tratamento diferenciado na rua, no que se relaciona ao ser homem ou mulher, a resposta foi sempre afirmativa. Sem dúvidas, para as entrevistadas (trabalhadoras e usuárias do CENTRO), a vivência nas ruas têm um resultado muito mais negativo, tanto mental como fisicamente, para as mulheres do que para os homens.

*“É mais difícil para uma mulher, pois elas geralmente, as mulheres estão grávidas, estão com nenê... até porque ela é feminina, ela se engripa mais fácil. É tudo mais fácil para mulher né? Para estar doente é mais fácil, a situação de rua é mais difícil para uma mulher.... a mulher tem o estuprador” (Leni, usuária do CENTRO, depoimento em maio de 2016)*

Segundo o depoimento de Leni, a vivência de rua traz sequelas mais negativas para as mulheres do que para os homens e há perigos iminentes para elas (o estupro). Contudo, cabe ressaltar que há, também, uma visível manifestação de fragilidade das mulheres em relação aos homens (se gripam mais facilmente), o que pode denotar uma concepção baseada na supremacia masculina. Ainda assim, num mesmo período de tempo, é visível como esta situação se agrava para elas. Por este motivo, elas têm necessidades, por serem mulheres, que os homens não têm, muitas delas relacionadas com a sociedade patriarcal que vivemos.

Para elas é mais difícil permanecer e manter-se nas ruas, por vários motivos. Um deles está relacionado com o fato de que são mais propensas a sofrer atos violentos, conforme destacado por Leni. No número 59 do Jornal “Boca de rua”<sup>17</sup> de 2016 é dedicado às mulheres em situação de rua. Destaca que “na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos abrigos e albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos

---

<sup>17</sup> "O Projeto *Boca de Rua* é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Existe desde agosto de 2000. Textos, fotos e ilustrações são elaborados pelos sem-teto durante oficinas semanais. O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo reverte integralmente para os 30 participantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda. O *Boca de Rua* é membro da Rede Internacional de Publicações de Rua (International Network of Street Papers – INSP), entidade com sede na Escócia, que reúne jornais e revistas vendidos por populações em situação de risco de 40 países. Dentro da INSP, prima pela originalidade, pois é o único, desta rede, produzido pelos próprios vendedores. Além de produzir o jornal, o projeto *Boca de Rua* também já realizou Oficinas de Vídeo, Oficinas de Escrita Livre e Oficinas de Fotografia." (<http://www.alice.org.br/mais-projetos/linha-1-%E2%80%93-novos-canais-de-comunicacao/boca-de-rua/>)

vizinhos de aba”. Qualquer homem independentemente das suas condições, podem exercer essa violência, segundo o relato contido neste Jornal. Por este motivo, quando as mulheres vão para a rua, uma das primeiras coisas que procuram é não ficar sozinhas. Arranjam rapidamente um parceiro ou um grupo, para serem protegidas. Isto é fundamental para a sobrevivência, pois elas consideram que vão sofrer menos violência se estão com um companheiro, pois ainda ele exerça violência sobre ela, será um e não várias pessoas.

Na atualidade, a violência contra as mulheres em situação de rua ainda é presente, mas houve redução, conforme depoimento das trabalhadoras do CENTRO. Isto se deve às mudanças que se vem observando nos últimos tempos, as quais estão relacionadas com o modo de mover-se pela cidade: atualmente, a rua está se transformando e as pessoas se organizam e se movem em grupos. Estes são constituídos, muitas vezes, para a proteção, no caso das mulheres. Integrarem um deles leva a que não “precisem” de um homem que as protejam diretamente, pois essa função passa a ser do próprio grupo que se transforma na sua família, na sua rede de apoio.

*“...a família está aqui.... esses vínculos são a sua família, o seu apoio” (Luz, trabalhadora no CENTRO, depoimento em maio de 2016).*

Esta rede é muito importante para elas, por um lado funciona como proteção, uma vez que as faz sentir parte de um grupo que as fortalece, formando uma comunidade. Mesmo que tenha aspectos positivos, esta nova “comunidade” dificulta o sair da rua seja pelos laços estabelecidos ou, em alguns casos, por tornar-se um espaço de autodestruição, que “fomenta” a dependência química, da qual é difícil sair.

Outra diferença está relacionada com aspectos que parecem bem simples da vida cotidiana: a higiene. O corpo masculino, nesta sociedade, pode se expor, o feminino, não. Com isto, eles dispõem de mais facilidade para tomar banho publicamente numa fonte, num balde... enquanto que as mulheres sentem a necessidade de maior privacidade, da qual nem sempre dispõem. Como são vistas por outras mulheres, as mulheres em situação de rua? Segundo Leni

*“Eles têm preconceitos sim, eles enxergam diferenças sim, porque para eles um morador de rua são todos do mesmo saco, são todos drogados, mas nem todos são. De dez, tu tira um*

*que enxerga certo. E, também, por ser mulher acham que és prostituta. Eles tem preconceitos sim, mais das mulheres” (Leni, usuária do CENTRO, depoimento em maio de 2016)*

Esta afirmação de Leni sugere a relevância de uma educação em Direitos Humanos, para toda a sociedade, pois há muitos preconceitos e estigmas que precisam ser superados. A questão da maternidade, por exemplo, e a preocupação de cuidar do parceiro, é um aspecto constantemente presente nas suas vidas. Elas sentem uma preocupação muito maior pelos/as filhos/as e pelo seu parceiro do que por elas mesmas. Sentem-se responsáveis de cuidar o seu parceiro, de acompanhá-lo, estar ao seu lado passe o que passar e custe o que custar. Isto foi o que o sistema patriarcal no que vivem e se educaram lhes ensinou: não te preocupes contigo mesma, por tuas necessidades e sim pelas do teu homem e de teus filhos. Isto é o que o sistema patriarcal lhes determina: as mulheres estão para o cuidado dos demais, não para o seu (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2005). Isto leva a que sobreponham o bem estar de outras pessoas ao seu próprio, ainda que isso repercute negativamente nelas. O fato de depender física e emocionalmente de outra pessoa ocasiona que inúmeras mulheres em situação de rua, permaneçam nesta situação por mais tempo. Cabe ressaltar que, ao contrário dos estigmas que carregam, estas mulheres buscam este ideal de boa mãe e boa esposa, assim como todas as demais que ingressam e aceitam tais imposições, mesmo que delas se diga o contrário.

Para finalizar, cabe mencionar uma publicação no número 59 do jornal “Boca de rua”, onde aparece uma reportagem sobre mulheres em situações de rua com o título “Donas sem casa”. Estas mulheres, que protagonizam a reportagem, apresentam sete mandamentos que consideram que toda a mulher em situação de rua deve observar para que fiquem mais seguras, os quais ao mesmo tempo em que atendem aos padrões pré-estabelecidos, demonstram empoderamento e desejos de mudança.

## **MANDAMENTOS**

1. Pertencer a uma turma boa que a proteja.
2. Aprender a ser durona e juntar um grupo de mulheres para se defender, revidando, se for preciso.

3. Ficar de sobreaviso com os polícias, monitores, homens que passam de carro e até com alguns moradores de rua.
4. Jamais contar com a polícia.
5. Ter um homem (marido ou amigo de verdade) como protetor.
6. Procurar alguém que não seja violento e seja amoroso.
7. Nunca dormir sozinha.

Isto é só um exemplo que reflete as condições e estratégias para sobrevivência em contexto de extrema violação dos seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da pesquisa realizada, podemos afirmar que há uma grande diferença no que diz respeito ao estar em situação de rua para homens e para mulheres: o desgaste físico e emocional é mais visível nelas.

Como consequência destas diferenças, elas têm necessidades que os homens não possuem, por isso, são necessários serviços específicos para as mulheres (para que possam tomar banho em lugar resguardado, que tenham acesso aos produtos de higiene que são específicos, atendimento especializado de saúde...). Os poucos serviços existentes, no momento, e destinados para mulheres, dizem respeito ao combate à violência (atendimento às mulheres em situação de violência familiar) ou ao atendimento das que tem filhos/as menores de idade. Estes serviços são fundamentais, mas bastante específicos. Por isso, a necessidade de ampliação deste atendimento às mulheres, incluindo a todas elas.

Com relação à assistência, é importante que sejam ofertados outros, para além do alojamento - uma proteção em outros âmbitos das suas vidas: centro de reabilitação de dependentes químicos, prevenção ao uso indevido de drogas, facilitando o acesso, bem como a promoção de melhorias nas estruturas dos que já existem. Os horários, assim como os dias de atendimento, devem ser mais flexíveis, pois a fome não entende de feriados nem de fins de semana. Daí a necessidade de ampliá-los.

Dentro dos serviços, ainda há uma perspectiva bastante assistencialista, sem fomentar a independência, nem a autonomia das pessoas que os frequentam. Penso que seria emancipador, disponibilizar cozinhas públicas, comunitárias, lugares onde pudessem guardar seus pertences e não apenas depender unicamente de alguém que os assista. Isto requer mais investimento público, pois alguns destes espaços ainda precisariam ser criados na cidade de Porto Alegre. Devemos pensar: o que se quer que aconteça com estas pessoas? Que mantenham esta dependência ou que superem esta condição?

Também é necessário investir na formação destes servidores que atuam nos diversos espaços de atendimento destas mulheres. Como vimos, além da necessidade de atendimento diferenciado, há mudanças sociais que provocam que esta atualização seja fundamental, pois cada mulher, em sua complexidade, precisará de múltiplos atendimentos.

Até aqui, abordamos os serviços e as responsabilidades do Estado, mas e os demais membros da sociedade? Para que haja mudanças na situação destas mulheres, também há é

responsabilidade de todas e todos os cidadãos olhem para elas com outros olhos, que enxerguem esta realidade, considerando que todos somos responsáveis pela transformação social. Superar os preconceitos é fundamental, ampliar as oportunidades de inserção social e no mundo do trabalho, por exemplo, é imprescindível. É necessário sensibilizar-se com este problema social, olhar e dar visibilidade a estas pessoas, as quais não tem acesso aos direitos que lhes correspondem. Muitas delas são repudiadas e tratadas como não-humanas vivendo em situação de extrema pobreza e sem uma condição digna. Daí a exigência de uma educação para a cidadania baseada na igualdade, na dignidade e no respeito para com as mulheres em situação de rua. Como salientou Luz, trabalhadora do CENTRO: *“a rua tem cheiros, mas também tem pessoas”*, que precisam ser consideradas em sua humanidade.

Por outro lado, a sociedade exige um padrão de mulher: ter filhos/as, cuidar do seu parceiro, não consumir drogas, estar bonita e bem vestida. Por não conseguirem atender a todos estes padrões, elas mesmas se sentem culpadas, não se considerando boas mulheres e boas mães. Daí que a interrupção de uma gravidez, a permanência dos/as filhos/as num abrigo e o consumo de drogas, vivências recorrentes destes grupos, pode ocasionar nestas mulheres traumas que levam a doenças psíquicas e físicas. Com isto, é preciso uma educação social em direitos humanos, sensibilização e luta pelos direitos das mulheres, onde ambos os sexos tenham as mesmas responsabilidades em todos os diferentes âmbitos da vida.

A violência familiar é um tema urgente para o qual há que se tomar medidas que realmente tenham uma repercussão e diminuam estas situações. Ao viver numa sociedade machista e patriarcal, esta violência contra as mulheres é incorporada por elas, que assumem como norma uma vida violenta. Com isto, surge a necessidade de uma educação para toda a sociedade, que contribua para uma mudança de olhar, difundindo o respeito e a igualdade às mulheres em situação de rua.

É possível dizer, sobre esta questão, que há a necessidade de se atender às mulheres e, também, e fundamentalmente, nos casos em que a situação volta a se repetir. Contudo, cabe refletir: que atendimento é feito aos homens para que não voltem agredir? Torna-se fundamental o atendimento a eles, pois a tendência é que o problema permaneça até que tenham consciência de que isto é uma violação dos direitos desta mulher. É interessante e ao mesmo tempo preocupante, que quando as mulheres passam a viver em situação de rua, uma de suas primeiras estratégias de sobrevivência é procurar um parceiro ou um grupo

para que a protejam. Mesmo assim, cabe dizer que a situação de violência que convivem com seus companheiros, soma-se ao rol de violações de direitos que atravessam. Contudo, tendem a considerar que assim é melhor, já que sozinhas poderia ser ainda pior.

Dentre as possíveis saídas da rua que elas têm, pode parecer natural a ideia de que elas voltem para a sua família, para a sua comunidade, mas antes disto, é necessário ouvir as suas histórias e não simplesmente incentivar ou supor que isto é possível, já que a família pode ser uma das causas para que estejam em situação de rua e, voltar a casa, seria uma das piores soluções. Como Leni salienta: *“cada caso é um caso”*, daí a importância de atuação com as mulheres, a partir da sua história de vida, naquilo que elas consideram que vai ser o melhor para elas mesmas, como protagonistas.

Um aspecto que gostaria de destacar é que as pessoas em situação de rua têm uma cultura própria que depende do nosso olhar para percebê-la ou não. Ao mesmo tempo, temos que aprender muito com elas. Por meio das observações e com a entrevista realizada, conheci uma mulher sonhadora e que tem desejo de poder estudar, trabalhar, ter uma casa, morar com os/as seus filhos/as. Este sonho, esperança e desejo de viver foi o que aprendi com Leni. Ela estava grávida e convencida de que teria uma casa e melhores condições antes do nascimento da criança. Leni transmitia esperança, o que chama a atenção, mesmo com todas as adversidades que vive. Contudo, cabe pensar no lugar da educação, com vistas aos direitos humanos, contribuindo na concretização destes sonhos e desejos, a fim de que sejam possíveis e na luta coletiva necessária para que sejam efetivamente alcançados.

Este é um tema que não é abordado nas escolas, a não ser naquelas onde este público está presente. Há a necessidade de que existam estudos voltados ao campo da Educação, provocando que, na formação de professores, estas temáticas sejam discutidas. É fundamental que os futuros professores reflitam sobre tais realidades. Fazem parte igualmente da formação docente, a necessidade de ampliar a discussão sobre: os direitos humanos, as desigualdades sociais, de gênero e as atribuições do poder público para garantia de direitos fundamentais.

Na comunidade, em geral, é preciso promover espaços de sensibilização, para que seja assumido o compromisso social para superação das desigualdades, desconstruindo preconceitos sociais com os quais são vistas as mulheres em situação de rua.

Para finalizar, considero que este trabalho intencionou dar maior visibilidade às



mulheres em situação de rua e as realidades vividas por elas, a fim de que a partir dos seus sonhos, desejos e estratégias possam ser pensadas alternativas pedagógicas para a sua emancipação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia. O que são direitos humanos das mulheres. São Paulo: Editora brasiliense, 2006.

AMOROSO, Tamara. Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal,1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 19/05/2016.

BRASIL; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Federal n-. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso em 23/05/2016.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In.: BAUER, Martin W. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 5.ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2002. p. 64 - 89.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4.ed. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

Movimento Nacional da População de Rua (2005).

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. Vidas de Rua. São Paulo: HUCITEC. Associação Rede Rua, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHEROLT, Rejane. A Rua em Movimento: Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. **A trajetória do protagonismo dos grupos e dos**

**movimentos da população em situação de rua.** Belo horizonte: Didática editorial do Brasil, 2012. p. 69-86.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A Rua em Movimento: Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. **A “Situação de Rua” para além de determinismos: explorações conceituais.** Belo horizonte: Didática editorial do Brasil, 2012. p. 27-41.

## APÊNDICE



### APÊNDICE I – Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o/a Sra-----,

RG: \_\_\_\_\_, para participar do Trabalho de Conclusão de Curso **da estudante Yolanda Hervés Blanco, CPF: 073.710.401-55**, sob a orientação da professora Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera, a qual pretende discutir a Educação em Direitos Humanos, partindo do estudo das realidades de mulheres em situação de rua. Sua participação é voluntária e se dará por meio de conceder uma entrevista que será gravada em áudio. Se você aceitar participar, estará contribuindo para as problematizações que realizamos sobre estas temáticas. Se depois de consentir em sua participação o/a Senhor/a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O/A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o/a Sra. poderá entrar em contato pelo telefone (51) 33084130.

#### ***Consentimento Pós-Infirmação***

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado/a sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei qualquer compensação e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do participante

Assinatura do Estudante-Pesquisador

Assinatura da Orientadora

Telefone para contato: 3308.4130

## APÊNDICE II – Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Senhor/a Diretor/a,

Apresentamos a Vossa Senhoria a estudante universitária **Yolanda Hervés Blánco**, CPF nº 073.710.401-55, regularmente matriculada na disciplina EDU 03082 – Reflexão sobre a prática docente – EJA do curso de Pedagogia desta Universidade e, ao mesmo tempo, solicitamos sua permissão para que o mesmo realize suas atividades de pesquisa empírica junto ao CENTRO.

Esclarecemos igualmente que tais atividades consistem na realização de uma entrevista com servidores que atuam neste centro e com mulheres em situação de rua que desejem participar, as quais frequentem o CENTRO. Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer as realidades vivenciadas por mulheres em situação de rua e quais as atividades que são promovidas para o seu atendimento, o que visa oportunizar elementos para a escrita de seu trabalho de conclusão de curso.

Agradecendo antecipadamente a compreensão de Vossa Senhoria e a disposição em proporcionar que a estudante possua informações e subsídios para estudos da disciplina, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera  
Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG de número \_\_\_\_\_, aceito que seja realizada a pesquisa sobre as realidades vivenciadas sobre mulheres em situação de rua e as atividades proporcionadas para o atendimento destas, ( ) estando de acordo / ( ) não estando de acordo que o nome da Instituição seja citado. Estou ciente que esta pesquisa será desenvolvida pela estudante-pesquisadora Yolanda Hervés Blánco, estudante de intercâmbio do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Dra Aline Lemos da Cunha Della Libera.

---

 Assinatura do/a Diretor (a) ou Responsável

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Telefone para contato: 3308 4130